



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005106-86.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**
 Requerido: **Município de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Auto de Infração, proposta por **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**, pessoa jurídica de Direito Privado, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP**.

Alega a autora que atua no ramo da construção civil e é proprietária de uma área de terras constante da matrícula de nº 98611, tendo adquirido o imóvel em 26/11/2009, que foi cadastrado na Prefeitura Municipal de São Carlos, conforme processo administrativo nº 20703/2013, da Coordenadoria do Meio Ambiente, sendo que, em 10 de outubro de 2013, tomou conhecimento acerca da lavratura do auto de infração 002/13. Sustenta, contudo, que a autuação contém várias irregularidades, que a maculam de nulidade, pois a intimação para defesa prévia foi encaminhada para local diverso daquele cadastrado junto à Prefeitura para recebimento de correspondências. Alega, ainda, no auto de infração não se especificou a lei a que se referiam os artigos apontados, não houve especificação da data de início do prazo para que apresentasse defesa; não há comprovação da área supostamente atingida pelo fogo; não foram especificados os critérios para a quantificação da multa e não houve demonstração da disponibilidade da opção da substituição da multa por compensação ambiental.

Foi indeferida a antecipação da tutela (fls. 159/161).

O requerido apresentou contestação (fls. 206/211). Defende a regularidade do auto de infração, sob o argumento de que a autora foi notificada, tanto que não nega ter recebido o AR, e teve oportunidade de apresentar defesa, tendo a área atingida sido apurada em vistoria. Aduz, ainda, que há no auto de infração uma anotação escrita indicando o valor total da multa, mais a atualização pelo IPCA, devendo prevalecer a presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido não comporta acolhimento.

Não se verificam no processo administrativo as alegadas nulidades.

A correspondência com Aviso de Recebimento (AR) de fls. 72/73 foi enviada para o local onde a empresa autora possui um dos seus estabelecimentos, em 05/09/13, conforme se verifica às fls. 146.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Por outro lado, o documento de fls. 75 indica que preposta da autora, com procuração a fls. 79, esteve na Prefeitura, solicitando cópia do processo administrativo em questão, em 20/01/14 e há o documento de fls. 103, do qual consta o informe em letra cursiva, de que foi recebida a notificação pelo gestor executivo de obras, em 10/10/13, com sua assinatura, tudo a evidenciar que a empresa tomou conhecimento do auto de infração.

Do documento de fls. 105 consta que o prazo estabelecido para o posicionamento da empresa foi 30/10/13, não tendo havido resposta até 01/11/13, quanto à compensação ambiental, razão pela qual o procedimento foi encaminhado à Secretaria da Fazenda, para a inclusão na dívida ativa (fls. 106).

Ademais, consta do documento de fls. 67, referente ao auto de infração, a descrição do fato, a área atingida e o valor da multa, bem como a informação de que o prazo para recurso era de 10 dias, tendo a área sido aferida pelo fiscal ambiental, que juntou as fotos de fls. 68/71, não tendo sido feita nenhuma prova pela autora de que a área atingida tenha sido diversa da apontada pelo município.

Assim, não há que se falar em ausência de notificação e oportunidade de defesa, devendo prevalecer a presunção de legitimidade do ato administrativo.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** o pedido.

Diante da sucumbência, condeno a autora a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Comunique-se à Superior Instância, via internet, o teor desta sentença, em vista do agravo de instrumento interposto, com urgência.

P R I

São Carlos, 04 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**